Relatório & Contas 2018

ÍNDICE

1	ÓRGÃOS SOCIAIS	2
2	RELATÓRIO DE GESTÃO	4
3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
4	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
5	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	50
6	RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	56

Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente José Luís Rosado Catarino

Secretário José Manuel Nunes Pacífico

CONSELHO FISCAL

Presidente José Luís Cardoso de Menezes Brandão

Vogal Leonel Marques Mandeiro da Silva

Vogal ROC Joaquim Oliveira de Jesus

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

Vogal: Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

Vogal: João Domingos Borges Fernandes da Cunha

Vogal: David Humberto Canas Pedrosa

Vogal: Filipe Machado Anahory Garin

DIRETORES DE ATIVIDADES

Direção de Apoio à Operação: Carla da Costa Pires

Direção de Aprovisionamentos: António Rui Andrade

Direção de Recursos humanos: José Manuel Lobo

Centro de Caneças e de Bucelas: Jorge Crispim Santos

Centro de Santa Iria: Maria José Neves Coelho

Centro de Controlo Operacional: Pedro Guedes Machado

RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1. ENQUADRAMENTO SETORIAL

O conjunto dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, A.M.L, registou, entre o ano de 2011 e o ano de 2017, uma estagnação da sua população residente, assente na perda de população verificada no concelho de Lisboa e no crescimento de população registado nos restantes concelhos da A.M.L.

O acentuado decréscimo no número de desempregados inscritos nos centros de emprego, verificado naquele período, ficou a dever-se à recuperação da atividade económica no último triénio. Mais uma vez a evolução registada no concelho de Lisboa diverge de forma acentuada da verificada nos restantes concelhos da A.M.L.

A redução da população estudantil, transversal a todos os concelhos da A.M.L., resulta das alterações demográficas verificadas, nomeadamente do envelhecimento da população residente, tendo, na AM.L., o número de idosos por cada 100 jovens passado de 119, no ano de 2011, para 135, no ano de 2017.

Evolução dos Indicadores 17/11	Pop. Residente	Desempregados	Pop. Estudantil
Área Metropolitana de Lisboa	0,1 %	-18,7 %	-6,3 %
- Lisboa	-6,9 %	0,0 %	-5,5 %
- Loures	1,2 %	-22,7 %	-8,2%
- Odivelas	7,7 %	-25,3 %	-9,1%
- Vila Franca de Xira	2,6 %	-37,9 %	-10,8 %
- Outros concelhos da A.M. L.	1,3 %	-21,5 %	-6,1 %

+Fonte: PORDATA

Os indicadores demográficos e económicos dos concelhos de Loures, Odivelas e de Vila Franca de Xira apresentam tendências transversais, em termos do envelhecimento da população residente, do aumento do número de alojamentos familiares e do aumento da população residente.

Os valores diferenciados das densidades populacionais nos três concelhos, abrangidos pela rede de oferta de serviço público, evidenciam as diferenças existentes em termos da ocupação de solo, da dimensão e dispersão das localidades servidas e da atividade económica desenvolvida.

Concelho de Loures	2011	2017	17/11
- Idosos por cada 100 jovens	112	135	+ 23
- Alojamentos Familiares	99.332	100.226	0,9 %
- Densidade Populacional	1.217	1.247	+ 30

+Fonte: PORDATA

Concelho de Odivelas	2011	2017	17/11
- Idosos por cada 100 jovens	112	125	+ 13
- Alojamentos Familiares	69.615	71.263	2,4 %
- Densidade Populacional	5.528	5.914	+ 386

+Fonte: PORDATA

Concelho de V. F. de Xira	2011	2017	17/11
- Idosos por cada 100 jovens	80	104	+ 24
- Alojamentos Familiares	65.063	65.282	0,3 %
- Densidade Populacional	432	443	+ 11

+Fonte: PORDATA

O crescente desfasamento na A.M.L entre o local de residência e o local de trabalho, a melhoria social e económica verificada e o crescimento da taxa de motorização tem-se traduzido na perda da quota do transporte coletivo, no âmbito da repartição modal na Área Metropolitana de Lisboa.

O transporte coletivo rodoviário de passageiros é afetado na sua rentabilidade, pela transferência da procura do transporte coletivo para o transporte individual e pela redução da sua velocidade comercial, face aos maiores níveis de congestionamento verificados e ao facto de, praticamente, não dispor de corredores reservados.

Duração dos Movimentos Pendulares em 2014	Total	T.I.	T.C.
Área Metropolitana de Lisboa	26m.	22m.	41m.
- Lisboa	23m.	20m.	34m.
- Loures	27m.	22m.	43m.
- Odivelas	28m.	22m.	42m.
- Vila Franca de Xira	27m.	23m.	44m.

Fonte: Inquérito à Mobilidade Autoridade Metropolitana de Lisboa

Em Portugal os principais indicadores macro económicos registaram, ao longo de todo o triénio que terminou no ano de 2018, evoluções positivas, em resultado da recuperação da atividade económica.

Indicadores Económicos	16/15	17/16	18/17
Produto Interno Bruto (em termos reais)	1,8 %	2,7 %	2,1 %
Consumo privado	2,4 %	2,2 %	2,5 %
Taxa de Desemprego	11,4 %	8,9 %	7,0 %
Emprego	0,8 %	3,3 %	2,3 %

+Fonte: Banco de Portugal

A retoma da atividade económica, o aumento tarifário de 2%, a simplificação do tarifário e a subsidiação da totalidade dos estudantes universitários, ocorridas faseadamente em 2017, permitiram o crescimento dos proveitos no ano de 2018, contrariando a tendência de perda verificada nos últimos anos.

Indicadores Setoriais	16/15	17/16	18/17
Aumento Tarifário	0 %	1,5 %	2,0 %
Proveitos Tarifários	-6,6 %	-0,6 %	5,0%

Em 2018 foi necessário garantir a consolidação e o acompanhamento da profunda reorganização interna operada em agosto de 2017, em resultado das alterações verificadas no cálculo das compensações financeiras atribuídas pela disponibilização dos títulos intermodais.

Em abril de 2018 ocorreu a certificação em qualidade e ambiente de acordo com os novos referenciais, respetivamente, ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, bem como a renovação da certificação em segurança e saúde ocupacional, OHSAS 18001:2007, envolvendo a alteração dos processos e a participação alargada de toda a empresa.

A recuperação da atividade económica, as alterações nas condições de acesso à reforma por limite de idade e a pouca atratividade remuneratória vigente no setor traduziram-se numa maior rotação dos quadros de motoristas e do pessoal oficinal. Foi alargada a base de recrutamento, tendo sido necessário suportar a formação e a atribuição de carta de pesados de passageiros a 59 candidatos a motoristas.

Mantiveram-se as parcerias com as forças de segurança e as câmaras municipais, visando o reforço da perceção da segurança a bordo das viaturas e a generalização da devida utilização dos transportes públicos, envolvendo todas as crianças do 4º ano do ensino básico dos concelhos de Loures e de Odivelas.

A preocupação na minimização dos impactes associados ao desenvolvimento da atividade envolveu a participação como sócios fundadores da Agência Municipal de Energia e Ambiente de Loures e no grupo de trabalho para a promoção da acessibilidade na rede de transporte público, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa.

O projeto Mais Segurança procura constituir um instrumento de melhoria contínua dos processos na área da manutenção, centrado na revisão dos protocolos de manutenção preventiva e na introdução e generalização de medidas corretivas.

Em termos do desenvolvimento da comunicação interna destaque para o reforço da utilização do portal dos colaboradores e para a atribuição a colaboradores e respetivas famílias de perto de 5 mil bilhetes para espetáculos culturais e de lazer.

No âmbito da digitalização dos processos procurou-se reforçar a comunicação externa através da implementação, no final do ano, das notificações a todos os utilizadores da app my RL, agilizando a comunicação com os clientes RL.

2.2. PRODUÇÃO

A evolução das validações no ano de 2018 reflete a melhoria verificada na atividade económica, associada ao crescimento do emprego e ao aumento do consumo privado. O crescimento dos proveitos tarifários no ano de 2018 baseou-se no aumento da procura, no aumento tarifário de 2% e nos impactos da simplificação tarifária e da generalização da subsidiação aos estudantes, ocorridas de forma faseada em 2017.

Procura de Serviço Público	16/15	17/16	18/17
Validações	-2,4 %	-0,6 %	0,3 %
Proveitos tarifários	-6,6 %	-0,6 %	5.0 %

A variação da oferta de serviço público em 2018 resultou no essencial do crescimento de circulações nos períodos de ponta, envolvendo reforços em duas carreiras interurbanas e em duas carreiras diretas.

Oferta de Serviço Público	16/15	17/16	18/17
Veículos Quilómetros Úteis	-0,4 %	-0,4 %	1.5 %
Lotação Média	-0,6 %	0,0 %	0.3 %
Lugares Quilómetros Oferecidos	-1,0 %	-0,3 %	1.9 %
Taxa de Ocupação $^{n-(n-1)}$	-0,2 %	-0,3 %	0.4 %

Não houve qualquer variação em 2017 no tocante ao número e extensão da rede concessionada. Manteve-se a preocupação em garantir em todas as carreiras, mesmo naquelas em que a procura é manifestamente reduzida, níveis de mobilidade minimamente satisfatórios.

Rede Concessionada	2016	2017	2018
Número de Concessões	101	101	101
Extensão da Rede $^{(km's)}$	1 320	1 320	1320
Extensão Média Concessões $^{(km's)}$	13,1	13,1	13.1

A comercialização de alugueres registou no ano de 2018 uma evolução bastante desfavorável, conjugando a redução nos alugueres ocasionais, em resultado da acentuada diminuição da faturação às câmaras municipais, com a redução nos alugueres fixos, em resultado da diminuição do serviço prestado a um dos operadores do aeroporto de Lisboa.

Proveitos de Alugueres	16/15	17/16	18/17
Proveitos Totais	12,7 %	17,5 %	-11.7 %
- Ocasionais	11,8 %	14,2 %	-17.6 %
- Fixos	13,3 %	19,8 %	-8.3 %

A atividade global no ano de 2018 foi influenciada pelo crescimento verificado no serviço público e no branco da técnica. Admite-se que parte do aumento registado no branco da técnica possa ter resultado da não contabilização no serviço público dos acréscimos de quilometragem resultantes das alterações de percurso, associadas às prolongadas obras realizadas em importantes troços da rede concessionada.

Quilómetros por Atividade	16/15	17/16	18/17
Serviço Público	0,4 %	-0,8 %	2,5 %
Alugueres (1)	9,9 %	6,1 %	-12,1 %
Branco da Técnica/ Outros	-22,1 %	40,4 %	36,9%
Total	**-0,3**	**0,8**	**2,0**

(1) Veículos Próprios

2.3. MANUTENÇÃO

A movimentação ocorrida no ano de 2018, envolvendo a entrada de 40 viaturas e o abate de 46 viaturas, permitiu situar a idade média da frota nos 15,9 anos. A entrada ao longo do triénio de uma nova geração de 80 viaturas, com sistemas de climatização e maior número de sistemas assistidos, contribuiu para o sucessivo aumento do consumo específico de gasóleo.

Indicadores da Frota	2016	2017	2018
Idade Média	16,4	16,0	15,9
Custo de Manutenção / Veículo Km	0,20	0,22	0,22
Consumo de Gasóleo (Litros/100Km's)	45,33	46,09	48.70

O aumento verificado no valor das matérias primas e subsidiárias no ano de 2018 resultou da indevida consideração à carga do armazém de 6,3 mil €, já regularizados, e de 9,2 mil € referentes à opção de compra de tecido para estofamento de bancos. Estas correções fariam situar o valor das matérias primas e subsidiárias em 125 € por viatura, em linha com o ano anterior.

Indicadores de Aprovisionamentos	2016	2017	2018
Matérias-Primas e Subsidiárias (€)	49 461	44 941	59 906
Viaturas Médias	352	366	360
M. Primas e Subsidiárias / Viatura (€)	140	123	167

2.4. RECURSOS HUMANOS

O aumento das necessidades de motoristas foi de 1,7% aos dias úteis, em resultado da decisão de reduzir as amplitudes horárias exageradas de algumas chapas e do aumento de circulações no período de ponta, registado em duas carreiras interurbanas e em duas carreiras diretas.

Efetivo Médio por Grupo Funcional	16/15	17/16	18/17
Motoristas	-0,5 %	1,9 %	1.2 %
Manutenção	-1,5 %	1,3 %	-5.8 %
Outro Pessoal	-2,7 %	-5,2 %	-13.6 %
Total	**-1,0 %**	**-0,5 %**	**-1.2 %**

O acréscimo nas admissões de motoristas, verificado ao longo do triénio, ficou a dever-se à necessidade de repor o crescente número de saídas por iniciativa do trabalhador, em resultado da recuperação económica, da fraca atratividade salarial do setor e da alteração das condições de acesso à reforma por limite de idade.

Movimentação de Motoristas	2016	2017	2018
Efetivo Inicial	510	522	522
Entradas	62	75	128
Saídas	50	75	96
Efetivo Final	522	522	554

A crescente rotação do efetivo de motoristas ao longo do último triénio e o maior rigor na análise das situações contribuíram para o crescimento do número de acidentes em 2018, apesar do desenvolvimento de ações de formação personalizada, dirigidas aos motoristas que apresentam maiores índices de sinistralidade.

Sinistralidade Automóvel	16/15	17/16	18/17
Acidentes Rodoviários	7,4 %	25,0 %	21,5 %
Veículos Quilómetros	-0,3 %	1,5 %	2,0 %
Espaçamento (V. Km/Acidente)	-7,2 %	-18,7 %	-9.9 %

A variação verificada no ano de 2018 nas horas de formação de motoristas ficou a dever-se ao aumento substancial verificado com a formação inicial prestada aos 128 motoristas, admitidos no ano de 2018.

Indicadores de Motoristas	2016	2017	2018
Taxa de Absentismo	7,5 %	7,0 %	7,5 %
Acidentes de Trabalho	10	16	24
Horas de Formação	18 422	17 728	25 551

2.5. PERSPETIVAS FUTURAS

O programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos, aplicado a partir de abril de 2019, implicou profundas alterações no padrão da mobilidade, sinalizando um ano decisivo para a afirmação da Rodoviária de Lisboa.

Com efeito a contratualização dos serviços, decorrente da alteração do regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, implica um novo esforço de afirmação visando garantir a sustentabilidade económica, a satisfação dos clientes e o cumprimento dos critérios apresentados pelas diferentes partes interessadas.

2.6. REFERÊNCIAS

Ao terminar o presente Relatório de Gestão o Conselho de Administração dirige uma palavra de agradecimento a todas as Entidades que colaboraram com a empresa ao longo do exercício de 2018.

Agradece aos membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal a disponibilidade demonstrada e a colaboração prestada no acompanhamento da atividade da empresa.

Cumpre manifestar reconhecimento às entidades do setor, à Autoridade Metropolitana de Lisboa, às Câmaras Municipais, aos fornecedores e aos outros intervenientes do mercado.

O Conselho de Administração manifesta, ainda, o seu agradecimento a todos os colaboradores que deram provas de grande disponibilidade e responsabilidade, num contexto social e económico exigente.

2.7. OUTRAS INFORMAÇÕES

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Esta Empresa não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram fatos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus Administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportadas pela Empresa.

A Empresa no final de 2018 não tem dívidas correntes à Segurança Social e qualquer outra Entidade Pública.

2.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2018 apresentou um prejuízo de 720.594,08 euros (setecentos e vinte mil quinhentos e noventa e quadro euros e oito cêntimos). Dando cumprimento às disposições legais e estatuárias, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2019

O Conselho de Administração

António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio

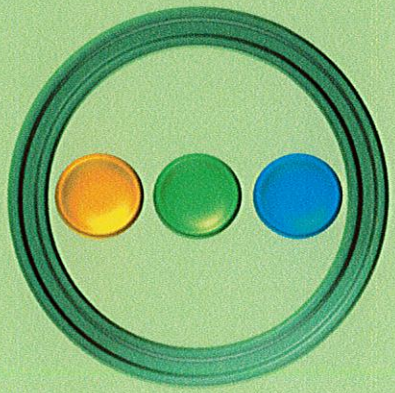
Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos

João Domingos Borges Fernandes da Cunha

David Humberto Canas Pedrosa

Filipe Machado Anahory Garin

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017			(Montantes expressos em Euros)
Rubricas	Notas	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO:			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	4	6 752 121	7 006 695
Ativos intangíveis	6	3 043 033	7 146 717
Outros investimentos financeiros	8	54 723 332	54 713 630
Ativos por impostos diferidos	10.2	1 842 387	1 337 597
Total do Ativo não Corrente		**66 360 873**	**70 204 638**
Ativo corrente:			
Inventários	11	236 504	208 149
Clientes	12	615 641	801 912
Estado e outros entes públicos	13	370 921	282 301
Outros créditos a receber	9	16 568 392	18 906 182
Diferimentos	14	136 951	151 448
Caixa e depósitos bancários	31	5 068 736	819 867
Total do Ativo Corrente		**22 997 144**	**21 169 858**
TOTAL DO ATIVO		**89 358 017**	**91 374 497**
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	15.1	8 000 000	8 000 000
Reservas legais	15.2	891 404	891 404
Resultados transitados		357 112	506 393
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	15.4	3 651	201 186
Excedentes de revalorização	15.3	2 919 000	7 037 000
Resultado líquido do período		(720.594)	(149 281)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**11 450 573**	**16 486 702**
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Provisões	16	7 321 779	4 955 072
Financiamentos obtidos	17	22 736 107	20 945 688
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	18	1 003 367	1 121 804
Total do Passivo não Corrente		**31 061 252**	**27 022 564**
Passivo corrente:			
Fornecedores	20	3 817 565	4 186 314
Adiantamentos de clientes		1 208	627
Estado e outros entes públicos	13	886 247	680 308
Financiamentos obtidos	17	1 329 525	1 786 076
Empresas do grupo	19	34 631 441	34 337 124
Outras contas a pagar	20	6 142 603	6 773 014
Diferimentos	14	37 603	101 768
Total do Passivo Corrente		**48 846 191**	**47 865 231**
TOTAL DO PASSIVO		**77 907 444**	**74 887 795**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**89 358 017**	**91 374 497**

Conselho de Administração

Presidente	António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal	Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal	João Domingos Borges Fernandes Cunha
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Filipe Machado Anahory Garin

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31.12.2018	31.12.2017
Vendas e serviços prestados	21	34 125 824	32 952 640
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	22	1 335 160	1 325 465
Trabalhos para a própria entidade		32 468	60 910
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(9 258 185)	(8 925 036)
Fornecimentos e serviços externos	23	(5 883 782)	(6 587 211)
Gastos com o pessoal	24	(16 465 650)	(16 442 561)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	451	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(4 665)	-
Provisões	16	(2 366 706)	(5 266)
Aumentos/reduções de justo valor		50	17
Outros rendimentos e ganhos	25	1 251 818	1 159 291
Outros gastos e perdas	26	(498 539)	(491 719)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		**2 268 245**	**3 046 531**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	(2 415 895)	(1 978 183)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		**(147 560)**	**1 068 348**
Juros e rendimentos similares obtidos		15.902	12
Juros e gastos similares suportados	28	(1 028 579)	(1 134 596)
Resultado antes de impostos (EBT)		**(1 160 237)**	**(66 237)**
Imposto sobre o rendimento do período	10.1	439 643	(83 044)
Resultado líquido do período		**(720 594)**	**(149 281)**

Conselho de Administração

Presidente	António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal	Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal	João Domingos Borges Fernandes Cunha
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Filipe Machado Anahory Garin

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Resultados Transitados	Excedentes Revalorização e outras variações	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	15	**8 000 000**	**891 404**	**1 590 157**	**24 404 709**	**(1 083 764)**	**33 802 506**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(195 523)	-	(195 523)
Aplicação resultado líquido do período findo em 31/12/2015		-	-	(1 083 764)	-	1 083 764	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(16 971 000)	-	(16 971 000)
Resultado líquido do período findo em 31/12/2016		-	-	-	-	(149 281)	(149 281)
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	15	**8 000 000**	**891 404**	**506 393**	**7 238 186**	**(149 281)**	**16 486 702**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	(197 535)	-	(197 535)
Aplicação resultado líquido do período findo em 31/12/2017		-	-	(149 281)	-	149 281	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4 118 000)	-	(4 118 000)
Resultado líquido do período findo em 31/12/2018		-	-	-	-	(720 594)	(720 594)
Saldo a 31 de Dezembro de 2018	15	**8 000 000**	**891 404**	**357 112**	**2 922 651**	**(720 594)**	**11 450 573**

Conselho de Administração

Presidente	António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal	Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal	João Domingos Borges Fernandes Cunha
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Filipe Machado Anahory Garin

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017		(Montantes expressos em Euros)	
Rubricas	Notas	31.12.2018	31.12.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		31 679 894	32 628 523
Pagamento a fornecedores		(16 000 351)	(14 004 566)
Pagamentos ao pessoal		(15 731 264)	(16 623 029)
Caixa gerada pelas operações		**(51.721)**	**2 000 928**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		176 860	1 384 164
Outros recebimentos/pagamentos		5 553 820	2 537 924
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**5 678 960**	**5 923 015**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(2 947 145)	(4 450 421)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		310 742	1 394 911
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(2 636 403)**	**(3 055 510)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		4 723 863	5 000 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 488 972)	(6 362 500)
Juros e gastos similares		(1 028 579)	(1 134 596)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		**1 206 312**	**(2 497 096)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**4 248 869**	**370 410**
Caixa e seus equivalentes no início do período	31	**819 867**	**449 457**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	31	**5 068 736**	**819 867**

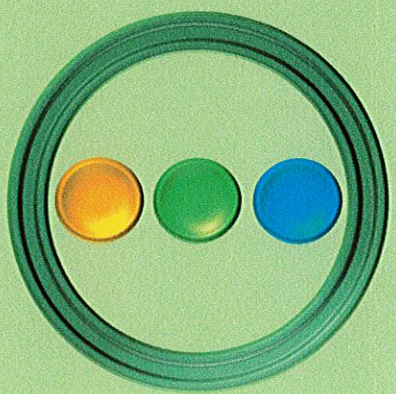
Conselho de Administração

Presidente	António Manuel Lupi Corrêa de Sampaio
Vogal	Maria do Rosário Fernández Lourenço dos Santos
Vogal	João Domingos Borges Fernandes Cunha
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Filipe Machado Anahory Garin

Contabilista Certificado

António João Morgado Almeida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Rodoviária de Lisboa, S.A., (referida no relatório como "RL", ou "Empresa"), foi constituída em 12 de Maio de 1995 e a sua sede situa-se em Lisboa, no Edifício Campo Grande, 382 C, 1º, freguesia de Alvalade. A RL tem como objeto social, a exploração de transportes públicos rodoviários de passageiros e de mercadorias e, acessoriamente, a exploração de serviços e realização de operações civis e comerciais, industriais e financeiras relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto, assim como a prestação de consultadoria e gestão operacional no âmbito do setor de transportes rodoviários de passageiros e mercadorias, incluindo a aquisição de participações sociais em outras sociedades.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos vigentes nas normas.

De referir que as demonstrações financeiras estão, ainda, sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O capital social da RL é integralmente detido pela Barraqueiro Transportes, empresa detida maioritariamente pela Barraqueiro SGPS, S.A apresentando-se esta última como a empresa mãe da RL

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas explanadas no Sistema de Normalização Contabilística ("SNC") e respetivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF"), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e respetivas interpretações técnicas ("IFRIC") adotadas na União Europeia.

A preparação das demonstrações financeiras da RL exige que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento, complexidade ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são referidos nas políticas contabilísticas correspondentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor quando especificamente indicado nas políticas contabilísticas.

No decorrer do exercício a que respeitam as demonstrações financeiras, não existiram quaisquer situações que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

Não se verificaram quaisquer erros ou omissões com impacto nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2018, relacionadas com o período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos e com base no SNC e NCRF.

As demonstrações financeiras da RL e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional).

3.2 Reconhecimento do rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à prestação de serviços no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos atribuídos.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos explorados por outros operadores, sendo o preço de venda destes, fixado pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes Multimodais e Zapping- As receitas originadas por este tipo de passe vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são reconhecidas com base no nível de utilização dos serviços da Empresa, ou seja, nas validações dos títulos de transporte.
- Passes da Rede RL - As receitas, recebidas antecipadamente deste tipo de títulos, vendidos após o dia 25 de cada mês, são reconhecidas no mês seguinte , por se entender que a prestação do serviço será efetuada efetivamente no mês seguinte.
- Passes combinados - A quota parte da receita da Empresa por conta deste titulo, segue o mesmo principio contabilístico do Passe da rede RL.
- Bilhetes de bordo - As receitas originadas por estes títulos são reconhecidas no mês em que é concretizada a sua venda.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzindo as respetivas depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O seu custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos futuros, são capitalizados no custo do ativo. Os restantes encargos de manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estão disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação são utilizadas de acordo com os seguintes períodos de vida útil.

	Vida útil
Beneficiações prédios alheios	3
Equipamento básico:	
Viaturas novas	8
Viaturas usadas	4
Outro equipamento básico	3-7
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Outros ativos fixos tangíveis	3-10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registadas no início da locação financeira pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igual numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os ativos intangíveis incluem essencialmente: despesas com projetos de desenvolvimento, programas de computador e propriedade industrial (exceto concessões) e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período compreendido entre 3 e 6 anos.

3.6 Concessões

As concessões estão registadas na rubrica de propriedade industrial, em ativos intangíveis.

As concessões encontram-se reconhecidas pelo valor adotado na data de transição para SNC, o qual corresponde ao valor que constava nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contabilísticos anteriores à transição e que resultou de uma revalorização livre efetuada por uma entidade independente em anos anteriores.

As concessões estão sujeitas a testes de imparidade anuais através de uma avaliação efetuada por uma entidade externa, estando mensuradas do seguinte modo:

- quando o valor da avaliação é inferior ao valor registado na contabilidade, a opção foi ajustar o valor da concessão por contrapartida de capitais próprios (devido ao fato de o registo inicial das concessões também ter sido efetuado por contrapartida de capitais próprios);

- quando o valor da avaliação é superior ao valor registado na contabilidade, a opção foi manter a quantia escriturada.

3.7 Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos em empresas subsidiárias, objeto de consolidação contabilística no grupo pelo método da consolidação integral, são registados pelo método do custo, de acordo com o preconizado nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas, (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi ajustado para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quando a proporção da RL nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a RL retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no exercício em que são atribuídos.

Os investimentos noutras empresas (participações inferiores a 20%) são registados pelo custo de aquisição.

3.8 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para efetuar a venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.9 Créditos a receber de clientes e outras entidades

Os créditos a receber de clientes e outras entidades são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de perdas de imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há uma evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as suas condições originais.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre o valor inicialmente registado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que são estimadas.

3.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos".

3.11 Imparidade de ativos

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades, nomeadamente das quais resulte um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade, reconhecida em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados, na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.12 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subsequentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os exercícios necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm gastos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que são recebidos.

3.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente registados pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transação incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se existir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.